

O PAPEL DAS ECOVILAS RURAIS EM DIREÇÃO A UMA SOCIEDADE MAIS SUSTENTÁVEL

RESUMO

As ecovilas são organismos sociais, que resultam do movimento comunitário global em prol do desenvolvimento local sustentável. Em 1988, a ONU – HABITAT indicou, oficialmente, as ecovilas para integrar o relatório das “100 Melhores Práticas” (*Best Practices*) de vida sustentável para assentamentos humanos. A partir da década de 90, o movimento comunitário das ecovilas se expandiu, chegando à marca, em 2020, de 15.000 unidades em todo o globo e de 2.300 apenas no Brasil. As ecovilas são sugeridas como uma referência de comunidade que se desenvolve nas quatro dimensões da sustentabilidade: social, cultural, econômica e ambiental, funcionando como uma oportunidade de transição para uma sociedade sustentável, até então não alcançada por políticas públicas, iniciativas empresariais e organizações classistas que se tem notícia. Este ensaio versa acerca do fenômeno orgânico das ecovilas e abrange sua conceituação, evolução histórica, peculiaridades entre as ecovilas do Hemisfério Norte e Sul e os desafios que enfrentam as ecovilas rurais, objeto da presente pesquisa em curso.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; assentamentos humanos; comunidades sustentáveis.

1 INTRODUÇÃO

Diante do mundo globalizado, a concentração populacional nas zonas urbanas recrudescceu. Em 2018, cerca de 55% da população mundial vivia em áreas urbanas, proporção essa que deve aumentar para 68% face a população rural global, que diminuirá para 3,1 bilhões até 2050 (ONU, 2018). O cenário piora mediante a projeção de que 50% da população urbana em todo o planeta vivem em assentamentos com menos de 500.000 habitantes, ao passo que um a cada oito pessoas habitam as 33 megacidades que ultrapassam os 10 milhões de habitantes (ONU, 2018).

As cidades, produto da globalização, tornaram-se palco de desigualdades sociais, econômicas, de adoçamentos e de segregação humana, que confinam a população excluída em áreas de risco e sem qualidade de vida. É essencial uma nova proposta alternativa de organização social que rompesse com o ciclo da insubsistência (JORGE, 2008), pois inúmeros são os problemas resultantes de um êxodo rural elevado como o que ocorre no Brasil. Nesse sentido, Sachs (2008) evidencia a importância do “desenvolvimento sustentável” fundamentado em três importantes pilares: social (includente), ambiental (sustentável) e econômico (sustentado), que não se encerra em crescimento econômico exclusivamente. Enquanto não se alterarem as premissas do desenvolvimento econômico em curso, não haverá justiça social e ambiental.

O debate é importante, quando se coloca em questão as ecovilas, cujo protagonismo social sugere uma proposta de transição consciente da sociedade moderna capitalista para uma sociedade sustentável. O fato é que as ecovilas tem alavancado o desenvolvimento local, a inclusão social, a melhor distribuição de riquezas, a habitação de qualidade e a economia solidária e de compartilhamento, revigoradas em exemplos vivos de membros das comunidades sustentáveis por todo o globo. Nessa perspectiva, procura-se verificar em que medida as ecovilas rurais representam oportunidade viável em direção a uma sociedade mais sustentável e os atuais desafios que enfrentam para seu estabelecimento no Brasil.

Nesta pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, isto porque, como proposto por Gil (2008, p. 114) “estamos buscando melhor compreensão do problema, gerar hipóteses e

fornecer elementos para coleta de dados” para estudos futuros. A pesquisa também pode ser classificada como exploratória, pois se propõe gerar ideias e esclarecer fatos sobre o funcionamento das ecovilas. Pesquisas qualitativas e exploratórias envolvem, entre outras coisas, levantamento bibliográfico. Foi aplicado o levantamento bibliográfico com o propósito de conhecer as pesquisas já realizadas e os problemas que não foram pesquisados, possibilitando, então, novas colocações acerca do papel das ecovilas na construção de um mundo mais sustentável.

A análise do papel das ecovilas na transição para um mundo mais sustentável se fez pelo método de abordagem sistêmico-complexo. Carvalho e Fávero (2020) entendem que a teoria da complexidade tem suas origens na teoria geral de sistemas de proposta por Ludwig von Bertalanffy, e no trabalho de Weiner sobre a cibernética (1940/50). Ideias surgidas com estes pensadores como, tratar os problemas dos seres humanos como “típicos de sistemas”, são importantes na teoria da complexidade. Morin (2000) argumenta que a teoria da complexidade procura superar a abordagem científica tradicional que divide o conhecimento em disciplinas e separa fenômenos complexos em partes, ignorando, desta forma, a totalidade. A compreensão do fenômeno das ecovilas exige pensar o contexto, a participação, e as singularidades desta experiência de organização social.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DISCUSSÃO

2.1 Conceito de ecovila

A humanidade passa por uma crise civilizatória de eixo antropocêntrico, que tem impulsionado o homem ao consumo e produção excessivos, extravasando os limites de sustentabilidade do planeta. O homem tornou a natureza objeto que serve exclusivamente a seus interesses (BOFF, 2014). Diante de uma catástrofe ambiental cada vez mais iminente, a qual ameaça a perenidade do próprio planeta e da vida humana, é urgente a transformação do atual paradigma de relação humana com a natureza e com o próprio homem. Nesse sentido, tem surgido por toda parte iniciativas socioambientais de interesse, como o caso das ecovilas.

Segundo KUNZE (2015), o termo ecovila foi usado pela primeira vez nos idos de 1985 com o propósito de conceituar uma das espécies de “comunidade intencional”. Para Dra. Kunze, as ecovilas podem ser caracterizadas como comunidades intencionais que:

São comunidades ou aldeias locais autogovernadas nas quais as pessoas vivem e trabalham juntas em propriedades compartilhadas. As ecovilas foram fundadas em países industrializados dentro o movimento de fundo ecológico. [...] Além disso, as ecovilas são inovações sociais particularmente interessantes. Elas frequentemente seguem os princípios das comunidades intencionais de autossuficiência e auto-organização (KUNZE, 2015, p. 1, tradução nossa).

Em 1991, os ativistas ambientais Robert e Diane Gilman aplicaram o termo “ecovila” em seu relatório autoral, no qual demonstravam os resultados de uma investigação em campo sobre assentamentos em todo o mundo, os quais serviriam ao propósito de um modelo de transição para uma sociedade sustentável (DIAS; LOUREIRO, 2019). De lá para cá, o uso do termo por comunidades que se viam ajustadas ao padrão de sustentabilidade socioambiental passou a se propagar por toda parte do planeta (WAGNER, 2012). Para Dias et al. (2017), as ecovilas são extremamente heterogêneas, sendo complexo encontrar uma descrição que englobe todos os tipos existentes. Em Gilman (1991), a despeito da heterogeneidade dos modelos encontrados em suas incursões, assim as definiu: “Para os propósitos desta edição, definiremos

ecovila como uma comunidade humana autônoma, completa e suficiente, em que as atividades humanas estão integradas ao mundo natural em prol do desenvolvimento humano saudável e que possa ser continuado indefinidamente” (GILMAN, 1991, tradução nossa).

Não é simples encontrar um consenso com relação ao conceito de ecovila. Desde a década de 90, porém, o conceito de ecovila tem mudado significativamente (DIAS et al., 2017). Parte desse processo se deve ao fato de que Gilman baseou-se principalmente nas comunidades intencionais existentes no hemisfério norte, razão que explica ter sido adotado por estudiosos e teóricos, desde então, comunidades intencionais como critério a definição de uma ecovila (DIAS et al., 2017), não englobando em seu conceito as comunidades tradicionais, que são mais comuns no hemisfério sul. A não inclusão das comunidades tradicionais desde 90, despertou questionamentos que expunham a heterogeneidade das ecovilas e a dificuldade em conceituá-las de forma única. As ecovilas são uma espécie de comunidade sustentável, com frequência estabelecidas em zonas rurais, através da reunião de pessoas que, com suas economias, adquirem uma área para estabelecer suas moradias e meios de produção com baixo impacto ambiental, além de profunda conexão com a natureza. Neste sentido: Mattos (2015), Smith (2002), Bissolotti et al. (2006), Santos Junior (2006), Jorge (2008), Kasper (2008), Ashlock (2010), Degenhardt (2012), Roysen e Mertens (2018), Belleze et al. (2017), Capello (2017), Dias e Loureiro (2019), Xie e Hsu (2019).

A Global Ecovillage Network (GEN), entidade internacional catalizadora do movimento das ecovilas, criada na Dinamarca em 1994, define:

Uma ecovila é uma comunidade intencional, tradicional ou urbana, conscientemente projetada por locais, fundada com base nas quatro dimensões da sustentabilidade (social, cultura, ecologia e economia), por meio de processos participativos, para regenerar ambientes sociais e naturais (GEN, 2020, p. 1).

É perceptível a preocupação da GEN em formular uma definição ampla de ecovila e que englobe as comunidades intencionais e tradicionais, permitindo assim um respeito à diversidade do movimento e heterogeneidade das ecovilas. Como resultado de um processo social orgânico, que evolui de acordo com as características demográficas, territoriais, ambientais, sociais e culturais, as ecovilas são de diversos tipos, características e espalhadas em todos os continentes. Outra curiosidade tem relação ao fato de que a maior parte das ecovilas estabelecidas no Brasil são do tipo intencionais, aos moldes das comunidades do hemisfério norte, ao contrário das demais regiões do hemisfério sul (DIAS et al., 2017). A definição de ecovila é principalmente aplicada, para designar uma proposta de assentamento humano alternativo, organizado dentro dos princípios da sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural (FLORES, 2017). Nessa direção estão Boonkaew e Roongtawanreongsri (2018), Kunze (2012), Degenhardt (2017), Wagner (2012) e Moravčíková e Fürjészová (2018). Para os fins dessa pesquisa, será adotado o conceito proposto pela GEN (2020) como definição às ecovilas rurais, do Norte e do Sul global.

2.2 O movimento global das ecovilas

Políticas públicas e discursos políticos e empresariais até então, não foram capazes de alterar a ordem econômica, política e social em que o estado está estruturado. Isso acontece porque não há interesse em se transformar o tipo inoperante de desenvolvimento econômico capitalista aos clamores sociais. Discursos e políticas parecem patinar sem impetrar mudanças significativas, mediante uma inversão consciente de valores, que parte do micro para o macro e vice-versa. A dificuldade se deve, em parte, pelo fato de a sustentabilidade fazer parte de

discursos políticos e práticas de *green washing* (BOFF, 2014), expondo a apropriação da “sustentabilidade” pelo capitalismo em curso (DIAS et al., 2017).

Raras são as iniciativas governamentais e empresariais que, de fato, propõem e alcançam uma mudança paradigmática e eficaz do padrão e estilo de vida. Observa-se que o desenvolvimento local e o apoio à sociedade civil perdem-se em meio aos grandes investimentos de entidades federativas, blocos regionais e grupos transnacionais.

As políticas públicas, em geral, planejam a construção de infraestruturas e sistemas de abastecimento que atendam às crescentes demandas por água e energia. Elas buscam, assim, garantir a reprodução futura de práticas cotidianas e de padrões de vida que, embora insustentáveis, não são questionados. Quando intervenções governamentais são tentadas, elas raramente alteram o *status quo* das sociedades capitalistas modernas, sendo reduzidas a mecanismos simplistas na forma de consertos tecnológicos ou escolhas pessoais (ROYSEN, 2018, p. 11).

Da indignação popular, nasce o protagonismo social e ativismo comunitário, tal qual o movimento das ecovilas. Segundo Braun (2001), o movimento das ecovilas tem como objetivo principal o equilíbrio entre a ecologia interna do ser humano e da comunidade; bem como a ecologia externa, aquela que abrange as relações do homem e de sua comunidade com o entorno. Conforme Capello (2017), comunidades sustentáveis são a realização desse novo ideal e brotaram aos milhares desde que, na segunda metade do século XX, as grandes cidades começaram a dar sinais da crise que hoje se mostra por inteiro. Santos Junior (2006) explica que, nos anos 60 e 70, extratos sociais se reuniram em grupos e, através de ações coletivas, empenharam-se em uma jornada de transformação radical pacífica, ecológica, alternativa *hippie*, ou do novo espiritualismo, da nova esquerda, dos direitos dos cidadãos e direitos humanos. Nessas décadas, houve um renascimento de ideais utópicos através das comunidades alternativas em um movimento conhecido como *back-to-the-land*.

Mare (2000) considera esse movimento como um dos principais precursores das atuais ecovilas, encorpadas a partir dos anos 90. Nesse sentido, igualmente se posicionam Mattos (2015) e Gohn (2009). Autores como Beck (2010), Dias et al. (2017), Mattos (2015) e Maffesoli (1998) verificam serem essenciais movimentos sociais tais como estes, para uma transformação cultural em direção à sustentabilidade. Essa década foi o marco para o movimento das ecovilas, o recomeço do movimento que é atribuído a Ross e Hildur Jackson, quando fundaram o Gaia Trust na Dinamarca, uma instituição atuante na promoção de uma vida sustentável à sociedade humana. Segundo relatos de Mare (2000) e Mattos (2015), do encontro organizado e financiado pelo Gaia Trust em 1994, na Dinamarca, surgiu a Global Ecovillages Network (GEN).

Em 1995, a conferência “Ecovilas e comunidades sustentáveis: modelos para a vida no século XXI” é organizada pela GEN em Findhorn, na Escócia (MATTOS, 2015). Autoridades como Rashmi Mayur, do Instituto Internacional das Nações Unidas para um Futuro Sustentável, e o ministro do meio ambiente do Reino Unido, participaram do encontro. Através desse evento, o movimento internacional de ecovilas, através da GEN e Gaia Trust, passou a promover o apoio acadêmico e científico ao movimento comunitário das ecovilas (MARE, 2000). Em Liftin (2009), o movimento das ecovilas representa uma perspectiva pós-moderna de desenvolver novas formas de vida, as quais transcendem as dicotomias modernas dos assentamentos urbanos *versus* rurais, público *versus* privado, local *versus* global, combinando o ambiente social benéfico à pegada de baixo impacto.

Por volta de 1996, a Global Ecovillage Network conquistou posto na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, em Istambul (MARE, 2000). Dois anos depois,

a Ecovila Findhorn da Escócia, pioneira do movimento e um dos membros fundadores da Rede GEN, conhecida como “ecovila-mãe”, foi eleita exemplo de melhor prática da ONU-Habitat, sendo inserida no Banco de Dados de Práticas Recomendadas da ONU-HABITAT (MATTOS, 2015). Nesse sentido: Flores e Trevizan (2017); Dias, Loureiro, Chevitarese e Souza (2017); Mare (2000):

As melhores práticas são definidas pelo Habitat da ONU como iniciativas que dão contribuições excelentes para melhorar a qualidade de vida nas cidades e comunidades ao redor do mundo. Vinte anos depois, a ONU-Habitat reavaliou Findhorn e concluiu que, embora o *mainstream* tenha percorrido um longo caminho de duas décadas depois, a ecovila ainda é um pioneiro estimulante. Continua a defender múltiplos aspectos da sustentabilidade - pessoal, social/cultural, econômico e ecológico (MAY, 2018, p. 68, tradução nossa).

Nesse processo, a GEN foi nomeada o organismo consultivo do Conselho Econômico e Social da ONU (UN – ECOSOC), presente em sessões regulares de informação na sede da ONU. O status consultivo significa à GEN competência para fazer parte de comitês relevantes na promoção de comunidades e práticas sustentáveis em todo o mundo (GEN, 2020). No início do século 21, a GEN lançou um novo projeto na área da educação, em que as ecovilas estão se tornando também locais de pesquisa, treinamento e laboratório de vida comunitária e sustentável para interessados, estudantes, professores, empresários e autoridades do mundo todo. Dentro dessa heterogeneidade cultural proveniente de um movimento orgânico como o das ecovilas, de uma humanidade sensibilizada com a forma de se viver e interagir com o meio ecológico interno e externo.

2.3 O movimento das ecovilas no Brasil

Assim como no Hemisfério Norte, no Brasil não há registros consensuais quanto à origem do movimento comunitário das ecovilas no país. O que se sabe é ser recente, pouco divulgado e sujeito ainda a embates e impedimentos. No entanto, já é possível verificar importantes iniciativas das comunidades sustentáveis locais. Dessarte, em sua maioria, as ecovilas brasileiras são rurais e intencionais. Dias et al. (2017) aponta que a maior parte das ecovilas nacionais parecem-se mais com as comunidades intencionais do hemisfério norte, sendo raras as que se caracterizam como comunidades tradicionais. Estima-se que existam cerca de 2.000 comunidades sustentáveis no país, não sendo possível ter certeza quanto ao número exato em solo nacional (JORGE, 2008), em razão da ausência de cadastramento em instituições representantes do movimento.

A Associação Brasileira de Comunidades Aquarianas (ABRASCA) tem aglutinado as comunidades sustentáveis desde o ano de 1978, principalmente através do “Encontro Nacional das Comunidades Alternativas” (ENCA). “Apenas para termos uma ideia, a autora descreve que o Enca de 1985 contou com a presença de mais de 3 mil pessoas na fazenda Nova Gokula, em Pindamonhangaba, no interior paulista” (CAPELLO, 2017). Outra iniciativa aglutinadora é o Movimento Brasileiro de Ecovilas (MBE). Com o surgimento da GEN e a incorporação das comunidades alternativas e comunidades tradicionais ao portfólio internacional, verificou-se a importância de apoiar os assentamentos humanos de ambos os hemisférios, respeitando suas particularidades e diversidade cultural e ideológica. Assim, no ano de 2012, foi instituído o Conselho de Assentamentos Sustentáveis das Américas (CASA), que passou a focar o movimento de ecovilas das Américas (América Latina).

De acordo com a categorização aprovada pela GEN e CASA, tanto as comunidades intencionais quanto as comunidades tradicionais são consideradas ecovilas, pouco importando se do hemisfério norte ou do sul. A GEN indica existirem, no Brasil, 42 ecovilas cadastradas em seu banco de dados até 2020, sendo 8 rurais apenas no estado de São Paulo, empreendedoras de projetos ricos em capital social, cultural, humano, natural e político-institucional. As ecovilas rurais paulistas cadastradas são: Terra Luminious, em Juquitiba; Ecovila São Luís, em Campinas; Sítio Maracananduva, em Vargem Grande Paulista; Ecovila Vila das Borboletas, em Piedade; Projeto Walden XXI, em Juquitiba; Instituto Visão Futuro, em Porangaba; Academia Magdalena, em Franca; e IPEMA - Instituto de Permacultura - Ecovila Corcovado, em Ubatuba.

A baixa densidade de comunidades sustentáveis chama a atenção, assim como os perfis sociojurídicos encontrados nas ecovilas rurais cadastradas na GEN. A ocupação da gleba de terra e regularização da posse da propriedade pelas comunidades sugerem ser um desafio às ecovilas nacionais. Não são raras as experiências de ecovilas que são assaltadas por fatores desintegradores como denúncias de loteamento clandestino, ordens de despejo, com a subsequente demolição das edificações dos moradores e destruição das plantações. Não apenas há o desmantelamento da unidade do grupo como também a perda de poupança familiar e coletiva em prol do movimento. Fatores como estes requerem uma investigação da situação de fundo, já em andamento na pesquisa, que ensejará um quadro peculiar das ecovilas brasileiras, se comparadas às experiências do Norte Global.

A despeito das ecovilas demonstrarem força como agente protagonizador do desenvolvimento local sustentável, a estrutura fundiária do regime de terras e de registro da propriedade privada no país parece representar significativos impedimentos ao fortalecimento e expansão do movimento no estado. O passado secular de país colonizado, que opera no padrão oitocentista de um sistema fundiário concentrador e oligárquico, promovedor da desigual distribuição de terra e concentração de riquezas nas mãos de poucos afortunados no Brasil, sugere explicar os impedimentos sofridos pelo movimento das ecovilas. A capitalização da propriedade imobiliária e de sua mobilidade ou circularidade como valor financeiro marcou o fim da era de concessões no Brasil de 1800 (BRITO, 2006) corrobora com esse mercado imobiliário nacional, que funciona sob a arcaica alcunha do clientelismo oligárquico, que usa a terra não como bem-função, mas como um valor monetário, excluindo a maioria que não tem recursos ou que não representa os interesses dos barões do sistema financeiro no país.

Não por acaso, o processo de urbanização brasileiro segregador, fundamentado no mesmo sistema concentrador e oligárquico da propriedade privada no país, somado aos planejamentos urbanos deficitários ou ausentes, tem tornado o cenário das cidades e subúrbios epicentros de tensões sociais e violência, tal qual ocorre nas áreas rurais. Estudiosos procuram entender os fatores desestabilizadores dos centros urbanos e que, de certa forma, também influenciam o movimento comunitário das ecovilas em movimento de interiorização no país. A ausência de moradias seguras, postos e condições dignas de trabalho e escolas inclusivas encrudesce a perda de identidade, do pertencimento e inclusão, da solidão e solidariedade sociais, bem como a marginalização de excluídos invisíveis (ACSELRAD, 2009). Ademais, a forma de ocupação e uso do solo no Brasil, desde suas mais antigas raízes coloniais, é discriminatória e ambientalmente predatória, em que cidadania, igualdade e democracia são apenas textos de discursos políticos (MARICATO, 2002).

O descaso e clientelismo é alto no Brasil, tingindo, inclusive, instituições, que deveriam se conduzir pela isenção, imparcialidade, profissionalismo e reputação, como é o caso do IBGE e INCRA - SIGEF (MARICATO, 2002), mas essa ainda não é a realidade brasileira em 2020. Mediante a ausência de governança, *compliance* e uniformização dos bancos de dados dessas instituições, há o ambiente caótico de informações ausentes ou desconhecidas acerca da titularidade de terras e seus limites, tanto em cartórios de registro de imóveis, secretarias de habitação, quanto no próprio INCRA, na esfera federal. Não há políticas públicas, o déficit

habitacional é enorme, assim como a segregação de grupos populacionais que vivem em condições indignas e perigosas a sua incolumidade física e psicológica (MARICATO, 2002). Cidades se tornaram “depósito de pessoas” (MARICATO, 2002), enquanto as áreas rurais continuam palanque de rodovias, indústrias e galpões logísticos, desnaturando as ruralidades do estado, sem justiça social e ambiental.

Nesse processo, movimentos comunitários, protagonistas do desenvolvimento local sustentável, reconhecidos em todo o globo por sua força transformadora de realidades sociais, ambientais, econômicas e políticas, são tratados como “fora da lei”. Conforme Maricato (2002), a ausência da gestão pública e de contrato social remete as localidades para "terra de ninguém" onde "a lei é do mais forte". Por isso, o surgimento de ecovilas em solo nacional estar mais fortemente atrelado à explosão das cidades em detrimento do campo (CAPELLO, 2017).

2.4 Oportunidades e desafios

Há diversas e multidisciplinares atividades realizadas por ecovilas rurais, nacionais e internacionais, que as conduzem à sustentabilidade nas quatro dimensões. Nota-se que a alteração do padrão e estilo de vida, bem como do consumo e produção são contumazes nesse propósito no âmbito das ecovilas rurais. As investigações científicas são conclusivas no sentido de que uma real mudança de paradigma é sentida em iniciativas protagonizadas espontaneamente pela própria sociedade civil através de experimentos locais, como por exemplo as ecovilas. A Figura 1 – Áreas de regeneração, dimensões da sustentabilidade (tradução nossa) expõe a mandala relacional das quatro dimensões da sustentabilidade indicadas pela GEN, como padrão observado no movimento mundial de ecovilas, urbanas e rurais. Conforme GEN (2020), as ecovilas trabalham pela sustentabilidade em quatro dimensões: social, econômico, ambiental e cultural. Nesse sentido: Roysen (2018), May (2018), Xie e Hsu (2019), Jorge (2008), Kunze (2009), Litfin (2009), Mattos (2015), Dias et al. (2017), Flores (2017), Boonkaew e Roongtawanreongsri (2018).

FIGURA 1 - AREAS OF REGENERATION, DIMENSIONS OF SUSTAINABILITY



FONTE: Adaptado de GEN (2020).

Segundo Mattos (2015), “comunidade” é onde se torna viável constituir uma nova forma de se viver, através de ações coletivas em direção a um objetivo único. Assim, ecovilas são como ágora devotada à participação igualitária de seus membros, em que a inclusão e o respeito à condição de cada um, as transforma em protagonistas da mudança do mundo através de uma voz ativa, vontade determinada e escolhas socioambientais sustentáveis (MATTOS, 2015). A participação concreta e igualitária dos membros de ecovilas nos processos decisórios

do grupo significa a eles pertencimento, responsabilidade, independência e soberania pessoal, qualidade essas que os transformam em cidadãos “senhores” de suas próprias decisões (NISSEN, 2014). Por haver participação direta no processo decisório, a governança, o *compliance* e a ética têm sido ressaltadas nessas comunidades sustentáveis.

De uma maneira geral, as ecovilas, urbanas ou rurais, intencionais ou tradicionais, sintetizam o protagonismo social daqueles que resolvem viver e morar juntos, sob um mesmo propósito, através de um processo decisório participativo e recursos compartilhados, coabitando o mesmo espaço e compartilhando da mesma propriedade, trabalhando em conjunto na terra e com respeito à natureza, consumindo e produzindo o suficiente aos integrantes e experimentando a economia compartilhada e solidária em seus múltiplos vieses. Por outro lado, às ecovilas tem sido reconhecido o importante impacto positivo do desenvolvimento local sustentável através dos propósitos comunitários multifacetados de suas atividades produtivas e atuação socioambiental e cultural. A maioria das ecovilas é estabelecida em áreas rurais devido à redução de barreiras econômicas e legais (KASPER, 2008; CAPELLO, 2017; LITFIN, 2014) e à busca de algum nível de autossuficiência (principalmente na produção de alimentos, energia e serviços da área educacional), que requer uma maior disponibilidade de espaço físico e recursos naturais.

As ecovilas rurais procuram se estabelecer longe dos grandes centros urbanos, em áreas extensas e com custo mais acessível por metro quadrado. Normalmente, famílias com mesmo propósito de vida, unem suas economias particulares para a compra conjunta de áreas afastadas, para nelas construírem suas casas de menor impacto ambiental, plantarem alimentos orgânicos ou biodinâmicos, trabalhando diretamente na terra e na comercialização do excedente da produção. Por estarem afastadas dos centros urbanos, as ecovilas são mais autônomas sob o ponto de vista econômico e mais sustentável no âmbito ecológico (SANGUINETTI, 2012). Por outro lado, planejam sistemas e processos miméticos de ciclos da natureza, que possibilitam a compreensão e a recriação de sistemas sustentáveis e regenerativos, os pilares e órgãos de uma nova sociedade que revaloriza a vida, a natureza e o homem, ressignificando suas relações (MATTOS, 2015).

Os membros de ecovilas tem como meta uma existência repleta de significado, em que respiram seus valores no cotidiano (NISSEN, 2014; FLORES, 2017). Por isso, ecovilas possibilitam o desenvolvimento humano, social, cívico e ecológico, através de relações com valor agregado, compartilhando, colaborando e se solidarizando. Sua visão de mundo tem como premissa o holismo e a interdependência (MATTOS, 2015) e promove engajamento global (LIFTIN, 2009). Através das inovações que produzem, diminuem suas pegadas ambientais sem extrapolar os limites do planeta. Outro importante pilar para a sustentabilidade e perenidade desses empreendimentos comunitários é a economia compartilhada, que se opera desde a aquisição da área onde se estabelecerá a ecovila até a comercialização de seus excedentes produtivos. Com a presente pesquisa, é possível perceber a importância do compartilhamento da propriedade, da infraestrutura, dos instrumentos, máquinas e insumos de produção, dos meios de comunicação, bem como da infraestrutura de saúde, educação e áreas comuns de socialização. “Essa disposição para compartilhar cria a possibilidade do que gosto de chamar de abundância na simplicidade” (CAPELLO, 2017). É um movimento por si só empático.

O mundo começa a experimentar e gostar do consumo colaborativo, cuja alavanca é a reputação. Nunca valeu tanto a pena ser coerente e transparente. Segundo Sundararajan (2019), “Em resumo, as pessoas estão compartilhando novamente com sua comunidade, em um escritório, em um bairro, em um prédio residencial, em uma escola ou em uma rede no Facebook”. O mesmo autor reitera:

Os recursos, em regra, não estariam mais centralizados nas mãos de poucos, mas sim poderiam ser gerados e explorados por aqueles

situados nas pontas [...] O empoderamento que retira o consumidor de um estado de passividade (de consumidor para prossumidor), garantindo ao mesmo os meios para produzir itens que anteriormente seriam adquiridos no mercado, é fundamental para a compreensão da economia do compartilhamento (SUNDARARAJAN, 2019, p. 61).

Para Zanatta et al:

O caso da economia do compartilhamento coaduna-se com essa descrição tanto por introduzir inovações (as plataformas nas quais os usuários interagem, como veremos posteriormente) quanto por propor novas formas de utilização de bens já existentes. A inovação, neste caso, não se dá propriamente com a criação de um novo produto, mas sim pela mudança no meio de utilização de um produto já existente (2017, p. 43).

Autores de diversas partes do globo têm atribuído às ecovilas, principalmente as rurais, o papel precursor de transformação do mundo ao estabelecer uma vida em áreas mais afastadas, porém sem perder o ponto de contato e o entrosamento com seu entorno e com os grandes centros, seja através de seus programas culturais, educacionais e turísticos, seja através da venda de excedentes de sua produção comunitária. Nesse sentido, GEN (2020); Kasper, 2008; Capello (2017); Liftin (2014); Mattos (2015). Além disso, são capazes de imprimir ações concretas de portes diversos e em diferentes âmbitos em prol de uma comunidade sustentável e autossuficiente. Segundo Mattos (2015), o desenvolvimento local tem relação direta com a inclusão e a participação social que implica em liberdade de escolha e num todo atuante para o mesmo propósito, sendo essa a via até hoje conhecida de transformação da realidade local. A vida em ecovila é uma mudança de paradigma cultural, base essencial para uma sociedade sustentável, que reverbera suas atividades e estilo de vida para vizinhos, parceiros, visitantes, escolas etc. (DIAS et al., 2017).

Há toda uma jornada para que se efetive uma transformação consciente de valores, propósitos e prioridades, porém já é possível reconhecer um despertar de extratos sociais do entorno das ecovilas, assim como de novos grupos que se formam em busca de um lugar para instituir uma comunidade sustentável. Aqui pode-se novamente destacar a iniciativa das ecovilas, comunidades intencionais com foco no desenvolvimento local sustentável e na criação de novas práticas em prol da sustentabilidade (MATTOS, 2015). Segundo Dias et al. (2017), especialmente relevante é o fato de que algumas práticas procuram subverter a lógica capitalista do crescimento econômico infinito e do lucro sem limite, ao estabelecer associação com a visão fundada na satisfação das reais necessidades humanas. Observa-se a convergência de tais conceitos com as teorias de "crescimento zero" e "decréscimento", que desafiam os fundamentos dos modelos capitalistas. Por ser a tônica de projetos de base, que sejam capazes de superar a insustentabilidade da ótica capitalista, parte considerável da comunidade científica entende as ecovilas como agentes sociais transformadores de base.

Jorge (2008) verifica que as ecovilas vem há séculos se estabelecendo e se reestabelecendo baseadas nos princípios da sustentabilidade, através de uma reavaliação crítica acerca da relação entre sociedade civil e o meio natural. Para Roysen “podemos afirmar que as ecovilas brasileiras desenvolvem práticas inovadoras, de baixo para cima, para o desenvolvimento sustentável, cumprindo com o segundo requisito proposto para defini-las como nichos de inovação de base” (2018, p.64). Belleze et al. (2017) acredita que as ecovilas têm capacidade de introduzir outros hábitos em seu cotidiano, replicando experiências e ensinamentos, habituando-se com novos hábitos sustentáveis e sendo capazes de transmitir

exemplos para seus stakeholders, ostentando, portanto, grande desempenho na sustentabilidade. Além disso, as práticas que foram desenvolvidas e estabelecidas ao longo dos anos não morrem na ecovila pois criam sinergias com o entorno. O fato de suas inovações se espalharem de três maneiras diferentes mostra que as ecovilas são multiplicadoras de muitas inovações em sustentabilidade (KUNZE, 2015).

Nesse sentido, antecipa-se a GEN, que, em 2017, realizou ampla e profunda investigação em 30 ecovilas diversas, cadastradas em seu banco de dados e sediadas em 5 continentes diferentes. A investigação tinha como foco descobrir se, de fato, as ecovilas já estavam contribuindo para o alcance dos 17 ODS da Agenda 2030 e acordos climáticos pactuados. Os resultados estão expostos publicamente em seu sítio eletrônico e basicamente informam, que, no ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gêneros), 6 (Água potável e saneamento), 11 (Cidades e assentamentos sustentáveis), 12 (Consumo e produção responsáveis), 13 (Ações Climáticas), 15 (Vida terrestre), 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e 17 (Parcerias e meios implementação), as 30 ecovilas atingiram em média 95% das metas, sendo a mínima pontuação alcançada de 90% e a máxima de 100%. Dessa forma, a GEN comprova que as ecovilas, além de perfazerem as quatro dimensões da sustentabilidade (social, cultural, ecológica e econômica), também desenvolvem e implementam inovações de ponta que possibilitam a concretização dos objetivos da Agenda 2030 e de acordos climáticos.

Adicionalmente, a Rede Global passou a implementar o “Transit”, uma ferramenta de pesquisa financiada pela União Europeia, que identificou as ecovilas como fontes essenciais da inovação social necessária para a transição a uma sociedade sustentável. Outra pesquisa implementada pela GEN, conhecida como “TESS”, demonstrou que, se apenas 5% da União Europeia se imbuísse em ações originadas da comunidade em prol de adaptação às mudanças climáticas sugeridas pelas ecovilas, a economia de carbono seria suficiente para 85% de seus países atingirem suas metas de redução de emissões para 2020 (GEN, 2020). Por outro lado, a TESS trouxe à lume que 63% das iniciativas comunitárias foram replicadas em outros locais do planeta (GEN, 2020), sendo este um claro indicativo de serem as ecovilas motor do desenvolvimento local e oportunidade viável a uma sociedade sustentável.

Em razão de todos esses relatos, as ecovilas têm sido indicadas como forma bem sucedida de transição da era moderna industrial capitalista para uma sociedade sustentável, que se traduz em um mecanismo de mudança concreta aliada à conscientização profunda e experienciada por cada membro da comunidade. Pode-se dizer que as ecovilas representam uma experiência sem precedentes de transformação social e engajamento comunitário em prol do desenvolvimento local sustentável, se comparado às inúmeras iniciativas públicas e discursos políticos realizados até então. Investigações científicas nesse sentido foram desenvolvidas por Dias (2015); Bissolotti (2004); Jorge (2008); Litfin (2009); Ashlock (2010); Mattos (2015); Capello (2017); May (2018); Roysen (2018); Sevier et al. (2008). Na era da globalização, mediante uma grave crise econômica, social e ecológica, a busca por um modo de vida diferente está se tornando mais intensa. “Precisamos de maneiras de fazer a transição da modernidade industrial capitalista para uma sociedade sustentável” (KUNZE, 2009).

3 CONCLUSÃO

É preciso ampliar as liberdades substantivas dos indivíduos, a fim de que a química perfeita entre liberdade de ação e de decisão do agente reaja e surta efeitos concretos, que possibilite às pessoas desfrutarem de uma vida autônoma, com saúde, consciência e repleta de significados positivos. Esse é o verdadeiro desenvolvimento, capaz de expandir capacidades, talentos, dignidade, saúde e felicidade de todos os membros da sociedade. Através das ecovilas, pessoas tem alcançado a sustentabilidade ambiental sem deixar de lado sua realização pessoal e social, na exata medida dos limites do planeta Terra.

O presente trabalho procurou verificar as experiências de ecovilas na condição de agentes de transição da sociedade moderna capitalista para uma sociedade sustentável através dos impactos positivos que foram investigados amplamente em toda a comunidade acadêmica, nacional e internacional, através de estudos bibliográficos de resultados empíricos. Através da análise de sua definição e conceituação, bem como pelo levantamento histórico do movimento global de ecovilas, verificou-se não existir consenso quanto a uma definição de ecovila e da origem do movimento, internacional e nacional, em razão de sua diversidade. Conforme a pesquisa realizada, foi possível verificar que as ecovilas praticam as quatro dimensões da sustentabilidade, quais sejam: social, econômica, ecológica e cultural. Ao mesmo tempo, dificuldades em sua autossuficiência para perenizar enquanto entidade e grupo, apesar de existentes e difíceis, têm levado esse fenômeno social orgânico a se reinventar, a fim de garantir sua existência e propósitos, sendo este um dos motivos para seu reconhecimento como nichos de inovação de base (*grassroots*) por cientistas sociais. Foi possível ainda verificar que a vida em ecovilas rurais requer uma transformação consciente de condutas, em que a ecologia interna e externa do indivíduo são incentivadas sem que impacte os limites naturais do planeta, e que essa transformação apenas pode ser conscientemente vivenciada se experimentada no âmbito dessas comunidades sustentáveis.

Além disso, um impacto positivo importante é o desenvolvimento local sustentável que tem demonstrado alavancar diferentes entrosamentos entre ecovilas e seus *stakeholders* tanto nas experiências de ecovilas do Norte quanto do Sul Global. As ecovilas desempenham papéis significativos como protagonistas sociais do movimento comunitário capaz de causar a transformação consciente da atual sociedade capitalista para uma sociedade de fato sustentável. Não está sendo dito que o modelo socioambiental orgânico das ecovilas é o único capaz de causar uma transformação consciente no organismo social dos estados. Pelo contrário, haverá situações em que as ecovilas não serão os modelos melhores ou mais adaptáveis, porém existirão outros cenários em que a vida em uma ecovila rural será o mote necessário a uma reverberação exemplar a todos os seus *stakeholders* e comunidades do entorno, replicando condutas, hábitos, gestão e estilo de vida sustentáveis. Através dos esforços dos seus participantes, observa-se elevada performance das ecovilas nas ações em prol do desenvolvimento local sustentável no âmbito social, ambiental e cultural, tanto nas experiências do hemisfério Norte quanto no hemisfério Sul. No entanto, o âmbito econômico e político-institucional ainda sugerem ser o ponto nevrálgico para as experiências de ecovilas do hemisfério Sul, particularmente as comunidades brasileiras. Através das economias compartilhadas e colaborativas, as ecovilas nacionais lutam para vencer os obstáculos de um sistema fundiário concentrador e oligárquico da propriedade privada no país.

Consequências graves tem sido relatada como desmantelamento dos grupos, configuração loteamento clandestino e perda dos recursos econômicos das famílias e de todo o grupo ao engendrar a iniciativa local. Estes desafios confrontam não apenas às ecovilas, como também aos inúmeros excluídos do campo e dos grandes centros urbanos. No entanto, há indícios de que a GEN tem se posicionado a respeito, ao englobar as experiências nacionais de comunidades sustentáveis, admitindo, em seu bojo, entidades não comunitárias e propriedades não coletivas. Acredita-se que as ecovilas brasileiras, objeto desta pesquisa, tem assim se revestido por ser a forma como encontraram para se legalizarem e sobreviverem ante o regime de terras concentrador e exclusivista vigente no país, que impede sua perenidade enquanto assentamento humano sustentável, em que membros convivem como possuidores da mesma terra e dos frutos gerados pela comunhão de esforços. Nesse sentido, a GEN tem admitido que, para serem reconhecidas, as instituições não precisam se autodenominar como “ecovila”. Por outro lado, tem reconhecido a figura do “projeto de ecovila” para centros educacionais, escolas verdes, institutos de permacultura, fazendas ecológicas, iniciativas de transição, empresas

sociais e comunitárias, sem que seja necessária a constituição por um certo número de pessoas vivendo juntas em comunidade.

Este certamente é um importante diferencial entre as ecovilas do hemisfério Norte e do Sul, haja vista não ter sido relatada a questão da posse da terra como problema nas experiências internacionais do Norte Global, concluindo-se não ser um impedimento ao movimento nortista. No entanto, além das graves consequências já relatadas nessa pesquisa, ainda em andamento, existe o temor de que os desafios do regime da terra e do sistema de registro da propriedade privada tem impactado as experiências das ecovilas locais a ponto de desconfigurá-las ou mesmo limitar seu papel e função no desenvolvimento local sustentável e em prol da Agenda 2030. Certamente este é o diferencial nacional a fragilizar e desestabilizar o pleno desenvolvimento do movimento comunitário e consolidação desses organismos vivos e protagonistas do futuro que merecemos ter.

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código Financeiro 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256 p.

ASHLOCK, Charlotte Rachel. **Lessons Learned from the Ecovillage Movement: A Global Analysis Focusing on Francophone Countries**. Selected Senior Projects Spring 2010. Annandale-on-hudson: [S.I.], 2010. 123 p.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. 1. ed. São Paulo: 34, 2010. 384 p.

BELLEZE, Gabriela *et al.* Brazilian ecovillages and IBGE sustainable development indicators: a comparative analysis. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 223-238, 2017.

BISSOLOTI, Paula Miyuki Aoki *et al.* Avaliação de Desempenho da Sustentabilidade em Ecovias. **Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 22, p. 164-171, 2006.

BISSOLOTI, Paula Miyuki Aoki. **Ecovilas: um método de avaliação de desempenho da sustentabilidade**. 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2014. 200 p.

BOONKAEW, Rachada; ROONGTAWANREONGSRI, Saowalak. Ecovillage in Thailand: Lessons from Applying the Concept to Practice. **Human Behavior, Development and Society**, [S.I.], v. 19, p. 50-63, 2018.

BRAUN, Ricardo. **Desenvolvimento ao ponto sustentável: novos paradigmas ambientais**. Petrópolis: Vozes, 2001. 183 p.

CAPELLO, Giuliana. **Meio Ambiente & Ecovilas**. São Paulo: Senac, 2017.

CARVALHO, R. C.; FÁVERO, A. A. A Teoria da Complexidade como referencial epistemológico para a pesquisa em política educacional: (re)conhecendo seus princípios e características. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 5, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso em: 26 ago. 2020.

DEGENHARDT, P. H. **Dimensões Constituintes do Conceito de Ecovila**. 2012. Disponível em: www.quiriri.org. Acesso em: 30 abr. 2020.

DIAS, Maria Accioly *et al.* The meaning and relevance of ecovillages for the construction of sustainable societal alternatives. **Ambiente & Sociedade**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 79-96, set. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2017000300079&script=sci_arttext#B31. Acesso em: 26 abr. 2020.

DIAS, Maria Accioly; LOUREIRO, Carlos Frederico B. A systemic approach to sustainability - the interconnection of its dimensions in ecovillage practice. **Ambiente & Sociedade**, [S. l.], v. 22, p.1-20, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc0012r1vu1911ao>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FLORES, Bárbara Nascimento. Ecovila como alternativa de organização socioambiental sustentável: uma avaliação de Piracanga, Bahia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 29, n. 3, p. 459-471, 2017.

GEN - GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK. **What is an Ecovillage**. [S. l.]: GEN, 2020. Disponível em: <https://ecovillage.org/projects>. Acesso em: 08 maio 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILMAN, Robert. **The Eco-village Challenge: the challenge of developing a community living in balanced harmony - with itself as well as nature - is tough, but attainable**. [S. l.]: Context Institute, 1991. Disponível em: <https://www.context.org/iclib/ic29/gilman1/>. Acesso em: 01 maio 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 166 p.

JORGE, Marco Aurélio P. **Sustentabilidade e desenvolvimento local: estudo de projeto na formação da ecovila Viver Simples em Itamonte - MG**. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

KASPER, Debbie van Schyndel. Redefining community in the ecovillage. **Human Ecology Review**, [S. l.], v. 15, n. 8, p. 12-24, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24707480>. Acesso em: 27 abr. 2020.

KUNZE, Iris. **Ecovillages: isolated islands or multipliers of social innovations?** [S. l.]: TRANSIT, 2015. Disponível em: <http://www.transitsocialinnovation.eu/blog/ecovillages-isolated-islands-or-multipliers-of-social-innovations>. Acesso em: 27 abr. 2020.

KUNZE, Iris. Social Innovations for Communal and Ecological Living: Lessons from Sustainability Research and Observations in Intentional Communities. **Journal of the Communal Studies Association**, [S.I.], v. 32, n. 1, p. 50-67, 2012.

KUNZE, Iris. **Soziale Innovationen für eine zukunftsfähige Lebensweise**. 2009. Munster: Ecotransfer-Verlag, 2009. Disponível em: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:hbz:6-54319499425>. Acesso em: 30 abr. 2020.

LIFTIN, Karen T. **Ecovillages: Lessons for Sustainable Community**. Cambridge: Polity Press, 2014. *E-book*.

LITFIN, Karen T. Reinventing the Future: The Global Ecovillage Movement as a Holistic Knowledge Community. In: KÜTTING, Gabriela; LIPSCHUTZ, Ronnie (ed.). **Environmental Governance: Knowledge and Power in a Local-Global World**. Abingdon: Routledge, 2009. p. 124-142. Disponível em: <https://www.polisci.washington.edu/research/publications/reinventing-future-global-ecovillage-moveme>. Acesso em: 26 abr. 2020.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MARE, E. C. **A Concise History of the Global Ecovillage Movement**. Washington: Village Design Institute, 2000. Disponível em: <https://fliphtml5.com/waov/sdym/basic>. Acesso em: 26 abr. 2020.

MARICATO, Ermínia. **Dimensões da tragédia urbana**. São Paulo: Com Ciencia, 2002. p. 1-7. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/cidades/cid18.htm>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MATTOS, Taisa Pinho. **Ecovilas: A construção de uma cultura regenerativa a partir da práxis de Findhorn, Escócia**. 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MAY, East. Current Thinking on Sustainable Human Habitat: The Findhorn Ecovillage Case. **Ecocycles**, Gyongyos, v. 4, n. 1, p. 68-72, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.19040/ecocycles.v4i1.107>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MORAVČÍKOVÁ, Danka; FÜRJÉSZOVÁ, Tímea. Ecovillage as an alternative way of rural life: evidence from Hungary and Slovakia. **European Countryside**, [S.I.], v. 10, n. 4, p. 693-710, 2018.

MORIN, E. A Epistemologia da Complexidade. In: MORIN, E.; LE MOIGNE, J. A **Inteligência da complexidade**. 2. ed. São Paulo: Petrópolis, 2000, p. 43-90.

NISSEN, Ditlev. Lifestyle Change as Climate Strategy. In: 6th LIVING KNOWLEDGE CONFERENCE, 2014, Copenhagen. **Anais [...]**. Copenhagen: Aalborg University Copenhagen, 2014. Disponível em: www.livingknowledge.org/lk6/. Acesso em: 09 abr. 2014.

ONU – Organização das Nações Unidas. **World Urbanization Prospects 2018**. [S. l.]: [s. n.], 2018. Disponível em: <https://population.un.org/wup/>. Acesso em: 08 maio 2020.

ROYSEN, Rebeca. **Desenvolvimento e difusão de práticas sociais sustentáveis no nicho das ecovilas no Brasil: o papel das relações sociais e dos elementos das práticas**. 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Política e Gestão da Sustentabilidade) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ROYSEN, Rebeca; MERTENS, Frédéric. O Nicho das Ecovilas no Brasil: Comunidades isoladas ou em diálogo com a sociedade? *Fronteiras: Journal of Social, Technological And Environmental Science*, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 99-121, 02 fev. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2017v6i3.p99-121>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152 p.

SANGUINETTI, Angela. The Design of Intentional Communities: A Recycled Perspective on Sustainable Neighborhoods. *Behavior and Social Issues*, [S.l.], v. 21, p. 5-25, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272930223_The_Design_of_Intentional_Communities_A_Recycled_Perspective_on_Sustainable_Neighborhoods. Acesso em: 09 maio 2020.

SANTOS JUNIOR, Severiano José dos. Ecovilas e Comunidades Intencionais: Ética e Sustentabilidade no Viver Contemporâneo. *In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2006, Brasília. Anais [...]*. Brasília: Cefet/BA, 2006. p. 1-16.

SEVIER, Laura *et al.* **Ecovillages**: More people are turning to eco communities as a viable alternative to urban life. London: Ecologist, 2008. 6 p. Disponível em: <https://theecologist.org/profile/laura-sevier?page=4>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SMITH, William L. Intentional communities 1990-2000: a portrait. *Michigan Sociological Review*, [S.I.], v. 16, p. 107-131, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40969074>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SUNDARARAJAN, Arun. **Economia compartilhada: o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão**. Edição Kindle. São Paulo: Senac, 2019.

WAGNER, Felix. Realizing Utopia: Ecovillage Endeavors and Academic Approaches. *RCC Perspectives*, Munich, n. 8, p. 81-94, 2012. Published by Rachel Carson Center. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/26240436>. Acesso em: 01 maio 2020.

XIE, Jhong-ping; HSU, Kuo-wei. Application of Ecovillage for the Redevelopment Strategy of Rural Communities in Taiwan. A Case Stud. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, [S.I.], v. 291, p. 12-20, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1088/1755-1315/291/1/012020>. Acesso em: 09 maio 2020.

ZANATTA, R. A. F. *et al* (org.). **Economias do compartilhamento e o Direito**. Curitiba: Juruá, 2017. 388 p. *E-book*.